



**UNILAB**

**UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL  
DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS  
BACHARELADO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**

**JOSUÉ PINTO REBOUÇAS**

**PRÁTICA DE GESTÃO DE SEGURANÇA DA  
GUARDA CIVIL MUNICIPAL DE MARAGOGIGPE - TRIÊNIO 2018-2020**

**SÃO FRANCISCO DO CONDE**

**2021**

**JOSUÉ PINTO REBOUÇAS**

**PRÁTICA DE GESTÃO DE SEGURANÇA  
DA GUARDA CIVIL MUNICIPAL DE MARAGOGIGPE - TRIÊNIO 2018-2020**

Monografia apresentada como requisito para conclusão do curso de Bacharelado em Administração Pública na modalidade à distância, da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Ailana Linhares de Sousa Medeiros.

**SÃO FRANCISCO DO CONDE**

**2021**

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira  
Sistema de Bibliotecas da Unilab  
Catalogação de Publicação na Fonte

R24p

Rebouças, Josué Pinto.

Prática de gestão de segurança da Guarda Civil Municipal de Maragogipe - triênio 2018-2020 / Josué Pinto Rebouças. - 2021.

42 f. : il. color.

Monografia (graduação) - Instituto de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, 2021.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> M.<sup>a</sup> Ailana Linhares de Sousa Medeiros.

1. Segurança pública - Maragogipe (BA). I. Maragogipe (BA). Guarda Civil Municipal - Estudos de caso. II. Maragogipe (BA) - Política e governo. III. Título.

BA/UF/BSCM

CDD 363.208142

**JOSUÉ PINTO REBOUÇAS**

**PRÁTICA DE GESTÃO DE SEGURANÇA  
DA GUARDA CIVIL MUNICIPAL DE MARAGOGIPE - TRIÊNIO 2018-2020**

Monografia julgada e aprovada para obtenção do título de Bacharelado em Administração Pública da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira.

Data: 12/06/2021.

**BANCA EXAMINADORA**

**Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Ailana Linhares de Sousa Medeiros (Orientadora)**

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB)

**Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Artemis Pessoa Guimarães**

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB)

**Prof.<sup>a</sup> M.<sup>a</sup> Aurineide Filgueira de Andrade**

Centro Universitário Estácio do Ceará (Estácio)

## **AGRADECIMENTOS**

Primeiramente a Deus, por ter me concedido saúde, força, motivação e discernimento para superar os distintos obstáculos enfrentados até aqui.

A professora Vanessa Ingrid, que desde o princípio tem se dedicado e acompanhado com empenho todo o processo de elaboração dos seminários temáticos, que por sua vez contribuíram para origem deste trabalho.

A minha orientadora Ailana Linhares de Sousa Medeiros, por ter acreditado na possibilidade da realização do presente estudo, pela sua paciência e estímulo se mostrando sempre disposta a sanar as mais diversas dúvidas aqui encontradas.

A minha mãe, pai, filha, esposa e irmãos, a estes dedico essa dissertação que é um dos feitos mais marcantes da minha vida.

Aos companheiros de farda Luiz Américo Guerreiro e Fernanda Pestana, pois estes me condicionaram inspiração, tornando-se peças fundamentais para conclusão desta pesquisa.

A todos integrantes desta conceituada instituição (UNILAB), em especial aos professores e tutores que mais estiveram imbuídos em todo contexto, portanto estes têm grande parcela de contribuição na minha graduação, pois me proporcionaram novas descobertas de conhecimento, ofertando-me um mundo novo e mais acessível às novas possibilidades de crescimento.

Enfim, a todos que de forma direta ou indiretamente contribuíram na construção do referido trabalho.

“Em segurança pública, um bom gestor está sempre em constante aferição dos métodos adotados, e sempre pronto para humildemente mudar o que não está surtindo os efeitos esperados.”

Ivenio Hermes

## RESUMO

O presente trabalho monográfico visa analisar as práticas de gestão de segurança da Guarda Civil Municipal de Maragogipe relatando as ações desempenhadas pela instituição, demonstrando todos os mecanismos para alcançar o objetivo geral que é analisar as práticas de gestão de segurança da Guarda Civil Municipal de Maragogipe no triênio 2018-2020. Como objetivo específico, tem-se o foco de explanar sobre a gestão de segurança da Guarda Civil Municipal de Maragogipe; apresentar os limites e competências atribuídas a guarda civil municipal no contexto de gestão pública; e comprovar a importância da adoção de modelo administrativo para a boa prática da administração. Para tanto, essa pesquisa optou por aprofundar proposta metodológica qualitativa de estudo de caso que busca levantar preceitos sobre as ações de gestão da citada corporação. Ainda assim, é compreendida como uma pesquisa descritiva, pois explana, norteia e aborda situações relacionadas ao contexto da gestão da segurança pública no âmbito do cenário municipal. Nos resultados foi possível constatar a estrutura de composição da tropa, identificar as inúmeras atuações, ações desenvolvidas, e simultaneamente compreender como é aplicada a gestão de segurança. Além da participação da guarda municipal, no momento da realização de atividades públicas, os agentes da instituição precisam ocupar variados papéis com intuito de atender a todos os objetivos previstos a GCMM. Desta forma, considera-se que através da pesquisa foi possível perceber o modelo de gestão administrativa empregada na corporação, bem como o método em que se desenvolve o trabalho e como é constituído o processo de atuação da tropa.

**Palavras-chave:** Maragogipe (BA). Guarda Civil Municipal - Estudos de caso. Maragogipe (BA) - Política e governo. Segurança pública - Maragogipe (BA).

## ABSTRACT

This monographic work aims to analyze the security management practices of the Municipal Civil Guard of Maragogipe, reporting the actions performed by the institution, demonstrating all the mechanisms to achieve the general objective, which is to analyze the security management practices of the Municipal Civil Guard of Maragogipe in the 2018-2020 triennium. As a specific objective, the focus is on explaining the security management of the Municipal Civil Guard of Maragogipe; present the limits and powers attributed to the municipal civil guard in the context of public management; and demonstrate the importance of adopting an administrative model for good management practice. Therefore, this research chose to deepen the qualitative methodological proposal of a case study that seeks to raise precepts about the management actions of the aforementioned corporation. Even so, it is understood as a descriptive research, as it explains, guides and addresses situations related to the context of public security management within the municipal scenario. In the results, it was possible to verify the composition structure of the troop, identify the countless actions, developed actions, and simultaneously understand how security management is applied. In addition to the participation of the municipal guard, at the time of carrying out public activities, the institution's agents need to play a variety of roles in order to meet all of the objectives set by the GCMM. Thus, it is considered that through the research it was possible to perceive the administrative management model used in the corporation, as well as the method in which the work is developed and how the troop performance process is constituted.

**Key-words:** Maragogipe (BA). Maragogipe (BA) - Politics and government. Municipal Civil Guard - Case studies. Public safety - Maragogipe (BA).

## LISTA DE GRÁFICOS

<b>Gráfico 1</b>	Composição da CGMM	40
<b>Gráfico 2</b>	Ações realizadas pelo GOE	40
<b>Gráfico 3</b>	Ações realizadas pelo GPP	41
<b>Gráfico 4</b>	Ações realizadas pelo GPRE	41
<b>Gráfico 5</b>	Divisão das Guardas: Municipal e Escolar	42
<b>Gráfico 6</b>	Organograma da GCMM	42

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

CF - Constituição Federal

FBSP - Fórum Brasileiro de Segurança Pública

SUSP - Sistema Único de Segurança Pública do Governo Federal

CNSP - Conselho Nacional de Segurança Pública e Defesa Social

PNSP - Política Nacional de Segurança e Defesa Social

FNSP - Fundo Nacional de Segurança Pública

GCM - Guarda Civil Municipal

GCMM - Guarda Civil Municipal de Maragogipe

GOE - Grupamento de Operações Especiais

GPP - Grupamento de Proteção Patrimonial

GPRE - Grupamento de Proteção e Ronda Escolar

ROMU - Ronda Ostensiva Municipal

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b>	<b>12</b>
<b>2</b>	<b>REFERENCIAL TEÓRICO</b>	<b>15</b>
2.1	PRÁTICAS ADMINISTRATIVAS	15
2.2	AVALIAÇÃO DAS PRÁTICAS DE SEGURANÇA PÚBLICA NACIONAL E ESTADUAL	17
2.3	ANÁLISES DA GESTÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA NO MUNICÍPIO DE MARAGOGIPE	20
<b>3</b>	<b>METODOLOGIA</b>	<b>23</b>
<b>4</b>	<b>RESULTADOS E DISCUSSÕES</b>	<b>27</b>
<b>5</b>	<b>CONCLUSÃO</b>	<b>32</b>
5.1	RECOMENDAÇÕES PARA TRABALHOS FUTUROS	33
	<b>REFERÊNCIAS</b>	<b>34</b>
	<b>APÊNDICE</b>	<b>36</b>
	<b>ANEXOS</b>	<b>38</b>

## 1 INTRODUÇÃO

A grave crise de insegurança em que o Brasil está mergulhado gera inúmeros problemas, portanto afeta diretamente o modo de vida do indivíduo, pois essa situação acarreta danos em todas as áreas, devido à impossibilidade de realização das atividades, nos mais variados setores.

A sociedade paga com a falta de serviços, bem como na restrição da sua liberdade, conseqüentemente gerando um movimento de insatisfação e cobrança para a solução desse entrave.

Nesse sentido as autoridades e os gestores, instituem políticas públicas, através do desenvolvimento de programas e projetos com o objetivo de garantir a segurança da população, de modo a buscar mecanismos para reduzir os indicadores e melhorar a sensação de segurança, de maneira a aproveitar-se destas ações para ampliar o capital político.

É nesse contexto que as guardas municipais são criadas e gerenciadas, em razão da necessidade de responder as demandas do gestor público, bem como da sociedade. É preciso destacar Alencar e Júnior (2016) “o desenvolvimento das guardas municipais sofre as pressões do clamor público por mais segurança, bem como da dinâmica conflitiva das relações sociais difusa no país, principalmente nos centros urbanos”.

As guardas civis municipais são instituições de segurança pública dos municípios brasileiros. Devido a sua criação ser facultativa, apenas as prefeituras que pretendem desenvolver as atividades de enfrentamento ao crime e a violência, constituem estas corporações.

Os municípios do Brasil são complexos, pois em um país com dimensão continental e grande diversidade cultural e econômica é notório a necessidade de se pensar em uma estratégia para reparar uma série de deformações presentes nas corporações, contudo independentemente da classificação adotada, é certo que os municípios dispõem de um amplo leque de possibilidades em termos de ações preventivas. (RISSO, 2016)

Mesmo diante de tanta complexidade, há necessidade de buscar estruturar as ferramentas de gestão, a fim de padronizar as atividades, bem como garantir a maximização das ações através de uma administração profissional.

A Guarda Civil Municipal de Maragogipe é uma instituição que desenvolve atividades de prevenção ao crime e a violência desde o ano de 2004. Seu histórico de atuação representa um objeto interessante para estudo.

Nesse contexto, esse estudo visa pesquisar a forma em que a instituição supracitada é gerida, a fim de entender o seu funcionamento, de modo a responder o seguinte questionamento: **como ocorrem as práticas de gestão de segurança na Guarda Civil Municipal de Maragogipe?**

Além disso, busca revelar o cenário real de corporação de segurança de uma cidade pequena, de forma a apresentar um panorama de gestão, a fim de promover o debate acadêmico, bem como na própria instituição, com a finalidade de evitar que as guardas municipais sigam o caminho adotado por outras corporações, as quais são alvos de críticas, conforme elencado por Alencar e Júnior (2016).

Percebe-se, portanto, o risco de que a oportunidade de inovação institucional seja perdida, na medida em que muitas administrações municipais optaram por seguir o modelo centralizado e voltado para repressão, com mais viaturas e vigilância nas ruas, como é a tendência predominante dos governos estaduais em sua atuação na segurança pública.

O objetivo geral do presente estudo é analisar as práticas de gestão de segurança da Guarda Civil Municipal de Maragogipe relatando as ações desempenhadas pela instituição, demonstrando os mecanismos para alcançar os propósitos apresentados pela administração pública municipal no triênio 2018-2020.

Enquanto que como objetivo específico, tem-se o foco de explicar sobre a gestão de segurança da Guarda Civil Municipal de Maragogipe; apresentar os limites e competências atribuídas à guarda civil municipal no contexto de gestão pública; e comprovar a importância da adoção de modelo administrativo para a boa prática da administração. O presente trabalho torna-se relevante em razão da importância da inserção da guarda civil municipal no contexto da segurança pública, de modo a subvencionar auxílio na manutenção da ordem pública, uma vez que o atual cenário obriga a administração pública municipal a realizar ações que visem à manutenção das vidas humanas.

Fundamentado nesse escopo e em vista do cenário atual da segurança pública faz-se necessário à participação dos Municípios através das Guardas Municipais, conforme o artigo 144, §8 da Constituição Federal e ainda sobre escopo

da Lei nº 13.022, de 8 de agosto de 2014, que trata do Estatuto Geral das Guardas Municipais. Portanto, diante deste amparo legal e do clamor popular, os municípios precisam ajustar suas gestões de conduta relativas à segurança pública, haja vista um novo paradigma para estes entes federados.

A administração pública então deve nortear estas novas ações, com vistas a enfrentar velhos problemas, entre eles: a fragmentação estrutural dos órgãos de segurança pública, onde estes não demonstram condições de outorgar sozinho respostas satisfatórias a redução da criminalidade.

Diante disso, o papel do administrador público é buscar novas soluções, neste sentido a adoção de uma boa prática de gestão da guarda municipal vai representar o sucesso do trabalho e, por conseguinte a melhora nos indicadores. Dessa forma, a promoção de iniciativas contra a criminalidade, é antes de tudo, um projeto da instituição, de modo a nortear, compreender e respeitar os limites e peculiaridades de cada órgão, ou seja, respeitando-se as competências dos órgãos federais e estaduais.

## 2 REFERENCIAL TEÓRICO

### 2.1 PRÁTICAS ADMINISTRATIVAS

O presente trabalho tem por base os estudos que demonstram a relação do papel do município no que diz respeito ao contexto da segurança pública, visando os seguintes propósitos: explicar o quanto a atividade da guarda civil municipal é significativa para a manutenção da ordem pública junto aos demais órgãos, nortear os limites e competências atribuídas à citada instituição no contexto da proteção sistêmica da população e abordar a importância do município em atuar de maneira preventiva no combate ao crime.

Os entes federados gozam de autonomia para a execução de ações que visem a oferta de serviços a população, de acordo as obrigações predefinidas, nesta seara Ballesteros (2014) “as competências estatais estão divididas entre diferentes esferas de governo, diferenciadas entre si no que se refere às suas instituições, seus recursos financeiros, humanos e políticos, e sua relação com a sociedade civil. Isso torna o tema da segurança pública ainda mais complexo.” Haja vista há um vácuo jurídico da definição de segurança pública, aliado a isso a competitividade entre as corporações da área, fazendo com que haja ainda mais indefinições.

Além de todo o problema, as políticas públicas na área da segurança pública são interrompidas de acordo a conveniência política ou mesmo descontinuidade de práticas exitosas, nesse sentido Lima; Bueno; Mingardi (2016)

Desse modo, a história recente da segurança pública no Brasil tem sido marcada por demandas acumuladas e mudanças incompletas. Ganhos, como a forte redução entre 2000 e 2014 dos homicídios em São Paulo, tendem a perder força, na medida em que não estão lastreados na construção de normas técnicas, regras de conduta ou padrões capazes de modificar culturas organizacionais ainda baseadas na defesa do Estado e não da sociedade.

Assim é possível afirmar que a falta de uma conduta, bem como, de critérios claros para a manutenção ou exclusão de determinados programas e projetos afeta negativamente as ações nesta área, portanto em vista disso percebe-se que a aplicação de políticas públicas, programas e projetos governamentais trazem consigo uma gama de ações com finalidades extremamente úteis.

Desse modo, temos então a configuração de práticas que desafiam os gestores em busca de resultados comuns nas organizações. Nesse aspecto, cita-se a existência de várias forças políticas, institucionais públicas e privadas no ramo da segurança pública, que por sua vez demonstram interesses na condução das atividades desta área, neste sentido é preciso elencar a participação de políticos representantes das corporações, bem como de empresas que são criadas na insegurança, portanto há uma movimentação a todo instante.

Entendemos, portanto, que a Administração comporta entrelaçamentos entre a técnica – sistemas operacionais e tecnologias – e os jogos de poder entre interesses de grupos diversos intra e Interorganizacionais, os quais atuam a partir de contextos sociais específicos, estruturados a partir de influências históricas, econômicas, sociais, culturais e políticas. (JUNQUILHO, p. 24, 2010)

Em meio a estas complexidades as prefeituras precisam definir sua maneira de atuação, pois “o Estado deveria também regular as relações de trabalho e oferecer serviços sociais básicos, de modo a permitir que as pessoas trabalhassem tranquilas e que pudessem destinar suas rendas ao consumo de bens.” (SANTOS, p. 46, 2016) haja vista a necessidade de segurança para a execução de atividades básicas.

Portanto é possível afirmar a existência de singularidades próprias dentro de cada uma das instituições presentes no ordenamento estatal do país, bem como peculiaridades próprias de acordo as regiões, contudo o dever de executar trabalhos em favor da sociedade é obrigatório.

Para tanto é necessário que haja dentro da administração pública municipal um órgão para o planejamento, organização e execução das atividades propostas, ou seja, a adoção de uma política própria, neste sentido Santos (p. 35, 2016) aspectos de interesse comum ao conjunto dos cidadãos de uma comunidade, ou de um grupo. Em contraposição, os aspectos de interesse individual, ou familiar, dizem respeito à esfera privada. Logo essas ações visam o bem-estar da sociedade.

A administração pública municipal deve buscar inovar, pois em um cenário marcado por engessamento de instituições e práticas, a prefeita deve buscar executar as atividades baseadas em suas capilaridades que é a execução de atividade com aproximação ao cidadão e assim contrapor o modelo posto, haja vista em “via de regra, as discussões sobre políticas e estratégias para redução da

violência passam por propostas legislativas de endurecimento penal e pelo fortalecimento de políticas com foco na ampliação do encarceramento, tidas como possível resposta à impunidade” (FBSP,2019)

Seguindo essa lógica “não há como negar que a questão da segurança deve ser compartilhada. Assim sendo, a atuação dos municípios deve assumir um papel complementar e não alternativo a atuação de outras esferas de governo.” (LIMA, PAULA, P. 98, 2006). Nesse sentido, aglutinar os esforços de todos a fim de garantir a segurança da população é o caminho, pois “se de fato a segurança é pública é dever e direito de todos, o sucesso das ações nesse campo deve ser resultado de uma coalizão de forças e articulação concreta entre instancias de poder” (LIMA, PAULA, P. 98, 2006). Portanto, a integração entre todos os entes federados pode contribuir para o melhor desenvolvimento de políticas públicas as quais ajudem no enfrentamento dos altos indicadores de crime.

Ao instituir ações governamentais que visem a melhora da segurança da população, adotando uma agenda permanente, os municípios passam a oferecer esse serviço, assim segundo Agum; Menezes (2015), “É entendido que uma política para ser implementada passa por fases e processos sociais. Um embate a respeito de ideias e formas de agir que, por vezes, irão direcionar certas práticas políticas.” Da mesma forma, também é aceito que as medidas de política envolvem mais de uma decisão. Isso sugere que a política pública não deve ser concebida como um ato isolado e único, mas, sim, como um processo social dinâmico que pode ser uma agregação de numerosas decisões menores tomadas ao longo do tempo e no qual o que se discerne como sendo a decisão final pode marcar não o fim, senão o princípio de um processo muito mais amplo de considerações alternativas.

## 2.2 AVALIAÇÃO DAS PRÁTICAS DE SEGURANÇA PÚBLICA NACIONAL E ESTADUAL

O sistema de segurança pública brasileiro é singular no mundo, haja vista não há ciclo completo nas instituições policiais, por isso essas burocracias realizam atividades no qual vão se completar. Esse fluxograma é complexo e caro e o modelo ideal consiste no chamado “ciclo completo de polícia deve ser compreendida como a atribuição das atividades de patrulhamento ostensivo e de investigação criminal a

uma mesma organização policial. É o modelo prevalecente mundo afora.” (SAPORI, 2016).

É neste contexto problemático e marcado por disputas históricas que o Brasil atingiu marcas assustadoras de homicídios. Ao contrário de outras áreas, a segurança pública é falha e levou o país a uma verdadeira tragédia.

Se é possível afirmar que o Brasil melhorou de forma substantiva seus indicadores socioeconômicos nos últimos 30 anos, o quadro de violência indica a convivência com taxas de crimes letais muito superiores a outros países, o que nos coloca no triste ranking das sociedades mais violentas do mundo (LIMA; BUENO; MINGARDI, 2016).

Ou seja, mesmo diante de tamanha barbárie, não foi capaz de sensibilizar sociedade e governos a fim de produzir políticas capazes de trilhar novos caminhos que possam verdadeiramente enfrentar as causas desses indicadores.

Os programas e projetos de segurança pública não cumprem ciclos, um problema complexo, depende de uma série de soluções, então devem ser pautadas por continuidade, avaliação e adequação ao cenário, contudo a realidade é bem diferente do atual cenário, haja vista “destaca-se que as várias proposições e tentativas de organização/indução das políticas de segurança pública são pautadas, historicamente, por grande descontinuidade.” (FBSP, 2019).

Essa conjuntura acaba afetando as instituições responsáveis por garantir a segurança da população, transformando estas corporações em executoras de ações a fim de responder as demandas momentâneas da sociedade, nesse sentido o gerenciamento de crise passa a ser a única alternativa para as corporações, ou seja, a resposta às ocorrências que vão surgindo no decorrer do serviço.

Diante desta situação, ocorreu uma tentativa de mudança de paradigma, com a implantação do Sistema Único de Segurança Pública (SUSP) no ano de 2018, com o objetivo de unificar as ações, bem como promover a inclusão das instituições, facilitando a troca de informações, entre as corporações federais, estaduais e municipais. Além dessas citadas a inovação “trouxe consigo uma série de outras novidades. Criou-se o Conselho Nacional de Segurança Pública e Defesa Social, alterou-se a lei do Fundo Nacional de Segurança Pública e foi aprovado o Plano Nacional de Segurança Pública e Defesa Social.” (FBSP, 2019)

Uma das vertentes do SUSP é a tentativa de integrar os diferentes atores a fim de garantir um melhor resultado das atividades, dessa forma os estados e municípios gozam de maior relevância, pois Ballesteros (2014).

É nos níveis estaduais e municipais desta política pública onde as modificações são mais cogentes, o espaço onde elas mais costumam a ocorrer. Em outras palavras, os maiores gargalos da política de segurança pública brasileira na atualidade surgem sob o pretexto de que congregação de vários órgãos e de diferentes naturezas, ainda que na mesma esfera de governo, teria, além de um custo político muito alto, uma ineficiência gerada pela sobreposição e disputa de poderes e atribuições que mesmo o melhor e mais bem intencionado dos governos não conseguiria superar.

Mesmo diante de tantos problemas o Estado brasileiro continua a realizar gastos com essa área, muito embora não obtenha grandes êxitos, essa pasta goza de certo privilégio quando o assunto é investimento assim “relevância da função segurança pública na atualidade, que mesmo em um cenário de queda de receita, continuou a aumentar. É preocupante, no entanto, o fato deste incremento de despesas não resultar em melhoria dos índices de violência e criminalidade.” (FBSP, 2019)

Neste contexto reside a importância de entender que as atividades de segurança pública são preponderantes para o funcionamento da sociedade e que sem ela, ocorre a interdição dos direitos básicos dos indivíduos, conforme Balestreri (2016) “Não seremos jamais um país desenvolvido se não tratarmos com seriedade o drama da insegurança pública.” Assim entende-se que há necessidade de se obter um sistema capaz de oferecer ao cidadão condições básicas de vida, portanto “a segurança é uma das necessidades básicas do cidadão, razão pela qual se encontra no elenco dos direitos fundamentais, a traduzir um comprometimento do Estado em assegurá-la minimamente aos seus cidadãos.” (CORRALO, KEMMERICH, 2016)

Diante disso, o tema segurança pública é de suma importância, pois essa área é responsável por sustentar o pleno funcionamento da sociedade, de forma a conduzir por parte das variadas atividades a garantia do exercício da cidadania, educação e o emprego.

## 2.3 ANÁLISES DA GESTÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA NO MUNICÍPIO DE MARAGOGIPE

O processo de municipalização da segurança pública é um mecanismo que consiste na autonomia dos municípios em executar atividades na área citada. Entre as ações o uso da Guarda Civil Municipal é preponderante, mas a instituição não está presente em todos os municípios brasileiros, pois na Carta Magna essa prerrogativa é facultativa.

Devido à pressão popular por segurança pública, coube aos prefeitos captar o anseio popular para dotar a estrutura municipal para a execução de atividades de enfrentamento ao crime e a violência, nesse sentido,

Nos últimos anos, a atuação do município no campo da segurança pública tem ganhado mais atenção no debate público e muito deles, por sua vez, vêm ampliando sensivelmente suas arenas de atuação. “Um dos grandes desafios reside em encontrar o equilíbrio entre o limite de suas responsabilidades e atribuições e a valorização de suas potencialidades.” (LIMA, PAULA, P. 93, 2006)

Devido a esta ampliação de prefeituras assumindo a responsabilidade no campo da segurança e a necessidade de estruturação das guardas municipais diante de tamanha proporção de insegurança no país, visualiza-se a grande necessidade dos gestores municipais repensarem sobre sua parcela de contribuição perante auxílio na manutenção da ordem pública como suporte aos demais entes federativos. A onda de violência que assola o país, onde o atual modelo de segurança é somente atribuído aos Estados Membros e União, os municípios tem se mostrado atuantes no ordenamento do solo, na propagação da paz social e preservação da vida.

Segundo a Constituição Federal de 1988 em seu Parágrafo 8º Os municípios poderão constituir guardas municipais destinadas à proteção de seus bens, serviços e instalações, conforme dispuser a lei.

As Guardas Civis Municipais são um instrumento previsto na Constituição Federal, cuja atuação original centrava-se na segurança e proteção patrimonial e zelo para com os bens, serviços e instalações públicas. A função das GCMS, todavia, tem se ampliado e hoje os guardas podem atuar na Ronda Escolar, na mediação de conflitos, em ações de fiscalização...” (LIMA, PAULA, P. 97, 2006)

Vale salientar que o fundamento das atividades atribuídas à supracitada entidade está inclusa no art. 4º da Lei 13.022/14 que discorre sobre suas competências. Entretanto, a necessidade de inserção da guarda municipal no contexto da segurança pública é o fato da categoria estar intrinsecamente inteirada das necessidades e anseios vivenciados pela sociedade. Contudo, o principal papel desse trabalho foi à busca por estudar as práticas de gestão de segurança da Guarda Civil Municipal de Maragogipe a fim de apresentar um modelo no qual possa permitir à inclusão deste órgão no enquadramento da segurança pública voltada não somente ao aspecto da proteção de bens, serviços e instalações, mas também na proteção de quem utiliza deles. Conforme Kopittke (2016) demonstra que “entre os vigilantes prediais e os policiais existe um imenso universo, que pode (e deve) ser ocupado pelas guardas municipais, não só respeitando a Constituição, como fortalecendo os seus princípios.” De modo a explicar a existência de uma enorme presença de fatores e necessidade de execução de atividades a fim de garantir segurança à população.

Através do amparo constitucional, torna-se perceptível que o município passe a ser colaborador por intermédio da aplicação de políticas públicas destinadas a área de segurança e é nesse enquadramento que a guarda municipal está inserida.

Kopittke (2016) demonstra a experiência de como Canoas (RS) buscou avançar, através do desenvolvimento do Programa Permanente de Prevenção à Violência Escolar desde 2009, que após tornou-se o Sistema Municipal de Prevenção à Violência (CANOAS, 2010) “O sistema tem enfoque especializado em crianças, adolescentes e jovens adultos, e é coordenado e executado na maioria de suas ações pela guarda municipal, articulado com as demais políticas sociais do município”.

Outro município no qual a utilização das GCMs foi preponderante para a mudança de cenário, foi Diadema – SP, pois entre tantas outras mudanças, ocorreu a reformulação da Guarda Civil na qual seus operadores “tornavam-se promotores de uma segurança cidadã, pois acreditavam que é possível combater a criminalidade por outras vias que não, estritamente, a violência e a repressão policial.” (SENTO-SÉ, 2005, p. 133). Deste modo a corporação se tornou um mecanismo essencial para o enfrentamento aos indicadores de crime.

Ainda segundo Sento-Sé, (2005, p. 134) “A GCM passou a ocupar parques e áreas de lazer, onde havia casos de tráfico de drogas e pequenos delitos, desenvolvendo atividades esportivas voltadas para jovens”, ou seja, ações preventivas, sem muito alarde, mas fundamentais para a política de segurança pública daquela cidade. Ainda tratando do município de Diadema Sento-Sé, (2005, p.140) “as ações promovidas tanto graças a criação de políticas públicas para a segurança urbana como através de políticas sociais conjugadas tem obtido avanços nas questões relacionadas à redução da criminalidade violenta” desse modo fica comprovado a importância do papel do município no enfrentamento a violência. Outra cidade referência é Canoas-RS no qual possui programas para a diminuição dos indicadores de violência, assim Pauly; Mira (2015) “o Rove produz uma síntese das ocorrências registradas e trimestralmente as escolas podem analisá-lo para subsidiar sua ação e o planejamento das aulas.” Com base nesses dados é possível organizar as ações de atuação dos órgãos de segurança gerando dados positivos a toda a população, assim:

O sistema produz uma aproximação mais objetiva com a realidade da violência escolar. As informações e análises do Rove podem e devem ser apropriadas pelas demais políticas públicas na garantia do que se define como segurança cidadã, capaz de enfrentar a violência em toda a sua disseminação social e de reduzir as violações dos direitos humanos e da cidadania. (PAULY; MIRA 2015)

Para Corralo (2016) “No exercício da competência constitucional de cuidar de bens, patrimônio e instalações municipais não há como não incluir as pessoas.” Assim não há como realizar a dissociação entre o atuar para proteção do bem, e negligenciar a vida humana, neste sentido podemos recorrer à previsão legal na Lei Federal 13.022/14 a qual institui a proteção sistêmica da população.

Diante desse contexto, o aprofundamento das pesquisas sobre as GCMs são fundamentais para entender essas corporações. Também por isso, o intuito do tema proposto nesse projeto é o de conduzir de forma clara e objetiva a execução da função administrativa da guarda municipal, visando, contudo, a análise da melhor prática de atuação.

### 3 METODOLOGIA

Ao propor a análise das práticas de gestão de segurança da Guarda Civil Municipal de Maragogipe, busca-se apresentar o papel destas ações para analisar a efetividade desta corporação no contexto da segurança pública. Para alcançar este escopo, essa pesquisa optou por aprofundar proposta metodológica qualitativa de estudo de caso que busca levantar preceitos sobre as ações de gestão da citada corporação. Ainda assim, é compreendida como uma pesquisa descritiva, pois explana, norteia e aborda situações relacionadas ao contexto da gestão da segurança pública no âmbito do cenário municipal.

Trata-se de um estudo de caso, que tem como foco a busca do aprofundamento de estudos inerente ao processo da municipalização da segurança pública quanto à prática de gestão de segurança da guarda civil municipal. É notória as observações estatísticas a respeito da fragilidade das guardas municipais em adotar padrões de administração. Portanto, é imprescindível dispor de condições de exercer as ações de segurança pública a altura do que demanda a população, diante das crescentes atividades criminosas audaciosas e ousadas, fruto das grandes aglomerações urbanas. Todavia, denota-se que municipalizar o serviço de segurança pública é desonerar substancialmente a sobrecarga dos governos estaduais no assunto em questão, o que de outro norte, ainda há de se considerar a possibilidade de influência direta e positiva nos índices alarmantes de outrora da criminalidade e insegurança vivenciadas pelo cidadão.

De acordo com Demo (1987), a metodologia é uma preocupação instrumental, que trata do caminho para a ciência tratar a realidade teórica e prática e centra-se, geralmente, no esforço de transmitir uma iniciação aos procedimentos lógicos voltados para questões da causalidade, dos princípios formais da identidade, da dedução e da indução, da objetividade, etc.

Recorrendo a Branski; Caldeira; Franco; Lima Jr (2010) “Para desenvolver uma pesquisa utilizando o método do estudo de caso é preciso cumprir cinco etapas: delineamento da pesquisa; desenho da pesquisa; preparação e coleta dos dados; análise dos casos e entre os casos; e elaboração dos relatórios”. Assim é possível afirmar que o atual trabalho segue este direcionamento, haja vista há uma sequência formulada na qual possibilitou chegar aos resultados do objeto.

A escolha do método adequado para desenvolvimento de uma pesquisa depende do objetivo e, conseqüentemente, das questões que o pesquisador quer responder.

Para tanto foi recorrido a métodos, pois “a ciência tem como base um corpo de princípios, de teorias organizadas metódica e sistematicamente, construindo uma área do saber humano, relativa a um fenômeno ou objeto de estudo.” (OLIVEIRA, 2011) assim as técnicas e instrumentos utilizados permitiram chegar aos resultados aqui expostos.

Nesse sentido recorreremos à técnica a fim de garantir a eficácia do objeto, a qual Oliveira (2011) “pode ser considerada o modo de caminhar. Técnica subentende o modo de proceder em seus menores detalhes, a operacionalização do método segundo normas padronizadas”.

O desígnio desse estudo é o aprofundamento da prática de gestão de segurança municipal, de modo a apresentar um cenário real que demonstre o planejamento, tomada de decisão e atuação da corporação a fim de explicitar como essas ações podem construir um novo paradigma federativo e empoderador dos entes locais.

A metodologia aplicada no levantamento dos dados apresentados no presente trabalho foi a pesquisa bibliográfica. Por meio desta, foi possível observar possibilidades, fazer comparações e ao mesmo tempo conhecer análises de autores que tem um envolvimento técnico temático. Portanto, resume-se que aqui foram coletadas e analisadas bibliografias especializadas no tema, legislações teóricas e distintas matrizes correlacionadas à política de segurança pública.

Considerando a amplitude dessa pesquisa, foram utilizadas técnicas para o subsídio da coleta de informações a fim de se alcançar os objetivos de análise propostos e assim viabilizar a reflexão sobre a realidade do atual cenário da segurança pública em âmbito nacional.

A pesquisa prática foi desenvolvida através da aplicação de questionário aberto com o comando da guarda civil municipal através do inspetor do Grupamento de Operações Especiais, Luiz Américo Brito Guerreiro no ano de 2020, o qual foi designado pela Comandante Luciene Ferreira da Paixão para executar a tarefa, bem como com o secretário de administração do município, Jiomar Mendes, no ano de 2020 a fim de compreender todo o processo de gestão da GCOMM.

Para a consecução desse projeto foram utilizadas informações literárias disponíveis, como: sites, artigos, livros. Através dessas informações, foram formuladas comparações que serviram como base de dados para estruturação deste estudo.

O exposto trabalho tem como propósito explicar sobre as práticas de gestão de segurança da Guarda Civil Municipal de Maragogipe, como também demonstrar como estes métodos são aplicados para promover o melhoramento das ações da corporação.

Para execução desse trabalho foi utilizada a pesquisa qualitativa. Além disso, analisaram-se os dados das solicitações e ocorrências da corporação, apresentando dessa forma, um quadro de procura a esta instituição a fim de responder aos seus requerimentos.

Os dados aqui apresentados foram coletados durante a primeira semana do mês de outubro de 2020. Foi também utilizada a entrevista estruturada com o Comando da Guarda Civil Municipal de Maragogipe entre a gestão do TRIÊNIO 2018-2020, a fim de obter as informações relativas de solicitações verbais, as quais nem sempre entram nos registros oficiais da corporação, com o fulcro de se obter um cenário real do cotidiano institucional.

O material levantado foi obtido por meio de pesquisas bibliográficas e documentais, como também, mediante visitas a entidades que compõem o cenário da segurança pública municipal para realização de entrevistas. Utilizou-se, portanto, a combinação de metodologias qualitativas.

Foram realizadas duas entrevistas com o mesmo teor de perguntas, conforme anexo I deste trabalho, a fim de confrontar as respostas com o objetivo de descrever o cenário real das ações.

A Comandante da GCOMM designou o Inspetor Luiz Guerreiro, pois o mesmo ocupou o cargo de subcomandante no período de outubro de 2018 a janeiro de 2020 momento este, em que assumiu a inspetoria do Grupamento de Operações Especiais, portanto participou efetivamente do processo de gestão do ciclo estudado.

Outra entrevista realizada foi com o secretário de governo da época, com intuito de aprofundamento do estudo das práticas administrativas do município. Sendo que, a citada secretaria gerida pelo mesmo é responsável por direcionar o

planejamento da GCMM, bem como o acolhimento de demandas da administração pública e sociedade.

Ambos os questionários foram respondidos sem maiores empecilhos, momento em que foi possível detectar a forma de gestão pública municipal em exercício.

#### 4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

O presente trabalho apresenta as práticas de gestão de segurança da guarda civil municipal de Maragogipe, por isso, expõe ações deste município na esfera da segurança pública, a julgar que o município dispõe das melhores ferramentas, pois a sua capilaridade e condição de mobilizar a sociedade são essenciais para a execução das políticas públicas de prevenção ao crime e a violência.

Nesse sentido, com a implementação da Lei 13.022/14, as guardas municipais aparecem em situação de destaque quando o assunto é o papel do município na segurança pública. Contudo, o amplo leque de oportunidade de ações faz com que haja a necessidade de ordenar esta instituição em blocos para atender as demandas.

A guarda civil municipal de Maragogipe é composta por 156 agentes, contudo 06 encontram-se temporariamente em licença sem vencimento, 04 estão ocupando os cargos de Comando, sendo: Comandante, Subcomandante, Inspetor Geral e Inspetor do Grupamento de Operações Especiais, mais 16 agentes encontram-se lotados neste mesmo grupamento. O grupamento de proteção patrimonial (GPP) encontra-se constituído por 80 integrantes, enquanto o grupamento de proteção e ronda escolar (GPRE), 50 prepostos.

Uma das divisões gerenciais destas corporações é a de um grupo de servidores para o pronto emprego dos serviços, comumente chamados de Grupamento de Operações Especiais (GOE) ou Rondas Ostensivas Municipais (ROMU). Estes grupamentos possuem o dever de estar sempre a postos a responder as solicitações da sociedade, bem como da administração pública. Conforme a entrevistada C1 no qual tratou das atividades realizadas: *“As ações desenvolvidas pelos agentes da corporação atendem as demandas do planejamento organizado pelo Comando da GCMM, para tanto, essas atividades são divididas através dos grupamentos. Assim é desenvolvido o patrulhamento preventivo, proteção sistêmica da população, ordenamento do solo e trânsito, segurança patrimonial e trabalho nas escolas municipais. Entretanto, o Grupamento de Operações Especiais desenvolve todas essas ações com o a possibilidade de responder as necessidades que surgem durante o expediente.”*

Já o entrevistado C2, afirma que: *“A Guarda Civil Municipal de Maragogipe primeiramente desenvolve ações preventivas e de conscientização do cidadão para melhor eficácia de atuação de maneira operacional, todo o processo de atividades está relacionado às competências estabelecidas pela lei federal 13.022/14 desde Patrulhamento preventivo, ordenamento do solo, fiscalização do cumprimento dos decretos municipais estabelecidos pela Prefeitura Municipal adotando as medidas de segurança à saúde pública devido a pandemia do covid-19, fiscalização do trânsito, atendimento ao cidadão, proteção de bens serviços e instalações públicas, enfatizamos a importância de atuação da GCM enquanto instituição de Segurança Pública municipal.”*

Diante disto é possível constatar as inúmeras atuações, assim as ações desenvolvidas, bem como a existência de gestão de segurança. Nesse sentido, ocorrem também o desempenho de atividades cotidianas, essas que geralmente possuem a função primordial de responder aos anseios imediatos e momentâneos da sociedade. É possível afirmar que as ações executadas buscam o mister de prevenção e repressão, assim é preponderante recorrer a Ricardo e Caruso (2007) o qual defende que de modo algum a segurança pública pode prescindir do controle e da repressão qualificada do crime, bem como da prisão de criminosos.

Contudo não se pode confundir a forma de atuação da GCMM com as demais instituições de segurança pública, pois, a GCMM possui finalidade de solucionar as demandas da municipalidade. Dessa forma, fica demonstrado que a polícia administrativa municipal denota o exercício da segurança pública para resguardar a ordem pública, como também a condição da segurança como um direito fundamental. (CORRALO e KEMMERICH 2016)

Quando detalhamos a atuação da GCMM, C2 relata: *“Patrulhamento preventivo em atividades desenvolvidas pela Prefeitura que demanda grande quantidade de pessoas, atuando na organização do espaço e acompanhamento das ações, como também patrulhamento do patrimônio zelando pela pacificação do ambiente e manutenção da ordem. Outras solicitações constam os acompanhamentos dos servidores da vigilância sanitária na atuação de suas ações e determinações priorizando a segurança dos servidores e cumprimento das medidas, patrulhamento em inaugurações e eventos esportivos e ronda nas escolas quando acontecem eventos educacionais”*. Fica, mais uma vez evidenciado o amplo serviço oferecido pela Guarda, o qual é sempre desenvolvido através dos agentes.

Nesse sentido, Risso (2016) menciona que o policiamento comunitário deve auxiliar a comunidade a fortalecer seus mecanismos de controle informais, de forma que ela possa prescindir das forças policiais. Entretanto, é factível entender que isso somente é possível graças ao trabalho de planejamento e gerenciamento da corporação.

Esta gama de serviço acarreta na necessidade de existir o pronto emprego da mão de obra especializada, conforme afirma C1: “*A maior parte das solicitações são para a mediação de conflitos de uso dos equipamentos públicos, ordenamento do trânsito.*”

Conforme Ricardo e Caruso (2007), as guardas são acionadas cotidianamente para mediar e administrar conflitos no espaço público. Assim há necessidade por parte da população e da própria administração pública, de oferecer pronta resposta a essas demandas.

O agente da GCM deve ser capaz de dialogar com a sociedade, transformando-se em um promotor da paz e assumindo o papel de representante do Estado democrático de direito. Dessa forma evitar que os conflitos ganhem grande proporção ou mesmo sejam solucionados dentro de uma forma legal é o caminho, assim Lima; Paula (2016) a mediação de conflitos não significa atuar numa perspectiva de “acabar” com os problemas existentes num primeiro momento, mas ser capaz de, em conjunto com as partes envolvidas, procurar soluções compartilhadas e resultados mais efetivos no longo prazo.

A importância da guarda civil municipal, é demonstrada através da necessidade de participação dos agentes nos eventos, ou suporte a demais agentes públicos, observando-se através da afirmação de C1: “*Principal solicitação é o pedido para a presença da corporação em eventos festivos a fim de garantir a ordem pública e ordenamento do solo.*” A informação do primeiro entrevistado é confirmada por C2 “*Na realização de eventos públicos, no que se refere a fiscalização do trânsito, priorizando a locomoção das pessoas e sua segurança, como também a preservação do patrimônio próximo ao local do evento.*” Portanto, o (a) guarda municipal pode ser percebido como o agente público mais próximo da população. Logo, pode ser considerado como uma figura que já faz parte da dinâmica urbana de várias cidades (RICARDO E CARUSO 2007). Essa visão compreende toda a administração, bem como parte da população, pois entende aquele servidor fardado como única forma de ter sua solicitação atendida, isso acarreta em positividade a

corporação, já que possui a confiança da sociedade, conseqüentemente acarreta em mais desgaste, pois precisa atender a inúmeras ocorrências.

Diante do que foi exposto, é necessária uma ampla discussão, considerando-se que há necessidade de evitar a sobreposição de instituições ou sobrecarregar outras. Assim, os municípios podem impulsionar políticas preventivas e repressivas em prol da segurança, para tanto, há necessidade de que as organizações adotem sua forma de gestão profissional, baseando-se em dados e levantamentos para atuar em conformidade legal. Atuar no plano local em políticas de segurança remete também, à busca da manutenção da ordem pública, o que tem sido feito há muito pelas polícias administrativas municipais para a tutela dos mais diversos bens tutelados pela ordem jurídica. (CORRALO e KEMMERICH, 2016)

Outrossim, há constatação da participação da guarda municipal, no momento da realização de atividades públicas, pois C1 diz que: *“Todas as atividades realizadas pela corporação são inseridas a fim de garantir a ordem, bem como a viabilidade das ações”*. Atitude também confirmada por C2 ao dizer que: *“Atuam de acordo com suas competências, prevenção, patrulhamento e fiscalização, do trânsito e patrimônio”*. Assim, a polícia administrativa comporta polícias especiais, de acordo com o bem jurídico tutelado pela ordem jurídica, de forma genérica. (CORRALO E KEMMERICH 2016).

Outro ponto pesquisado, diz respeito a existência de programas de segurança pública desenvolvidos pela prefeitura, tendo em conta que são fundamentais, uma vez que Siqueira, (2017) *“Atualmente, entende-se que as políticas públicas de segurança e de trânsito têm em sua natureza uma concepção profunda do significado e da importância da boa qualidade desses serviços para a sociedade”*.

Foi identificada a falta de programas e projeto de promoção da segurança pública no município, mas C1 respondeu: *“Contudo estamos estudando a viabilidade da implantação do projeto Ronda Rita e Priscila Medina, atividade que vai proporcionar atendimento a mulheres vítimas de violência. Para além deste há outros projetos em fase de estudo de viabilidade”*. Assim há um vácuo aberto, colocando mais atributos ao Grupamento de operações especiais, entretanto há concepções de implantação de projetos, isso se demonstra como uma perspectiva para o futuro. Já C2 afirma que *as atividades que a GCM realiza são em torno apenas de patrulhamento e fiscalização, percebemos a necessidade de*

*implementação de políticas públicas de segurança pública preventiva, a ser realizada pela própria GCM, são ações a serem planejadas pensando na manutenção da ordem e pacificação dos ambientes. Assim fica confirmado a existência de concepção de aplicação de projetos que visem a melhor execução das atividades da GCMM.*

Apesar da falta de estruturação técnica por parte dos municípios, é perceptível a existência da importância das atividades do grupamento de operações especiais, nesse sentido “a violência constitui um fenômeno complexo e multicausal e para seu enfrentamento são necessárias ações interdisciplinares e intersetoriais”. (RISSO,2016), portanto sendo necessárias intervenções amplas e organizadas.

Dentre as soluções buscadas pelos prefeitos, uma delas deve ser a estruturação dos órgãos de segurança municipal, pois, Lima; Paula (2016) afirma: “um dos desafios do gestor municipal é justamente compor um corpo técnico que conheça o campo da segurança pública e que não limite a atuação do órgão municipal às tarefas de policiamento”. Isso demonstra a necessidade de profissionais qualificados para nortear essas corporações. Para além disso, outra vantagem dos municípios inclui a possibilidade de identificar o público mais vulnerável à violência. (RISSO 2016)

Em virtude do exposto aqui, conclui-se que os agentes dessa instituição precisam ocupar variados papéis com intuito de atender a todos os objetivos previstos a GCMM. Assim o Grupamento de Operações especiais, acaba abarcando todas as atuações previstas para os demais grupamentos e solicitações da administração pública municipal, órgãos privados, entre outros, gerando assim uma série de atividades tornando este grupamento preponderante, de forma que necessitam de formação específica e continuada, pois o investimento na formação e aperfeiçoamento das guardas municipais também é algo fundamental a ser feito para que esse órgão tenha sua identidade constituída e para que possa desenvolver um trabalho local e comunitário na prevenção da violência. (RICARDO, CARUSO, 2007).

## 5 CONCLUSÃO

Em vista dos argumentos aqui apresentados, o presente trabalho foi necessário, pois estudar o papel da guarda civil municipal no contexto da segurança pública contribuiu decisivamente para demonstrar a relevância das ações desenvolvidas no ambiente municipal. Nesse sentido, percebeu-se que estas atividades corroboram para a diminuição de crime e violência, transformando assim a instituição em um mecanismo preponderante para o enfrentamento aos atos criminosos.

A partir do estudo da prática gerencial da guarda civil municipal de Maragogipe foi possível traçar um paralelo entre a forma de gestão da instituição e a sua atuação. Assim detectou-se o lado positivo da maneira com que se ocorria o processo de tomada de decisão, bem como se identificaram os pontos sensíveis da gestão. Ao tomar ciência destas informações, permitiu-se modificar o atual cenário para melhor atender a sociedade e melhorar a própria corporação.

Foi possível identificar a demanda por parte da sociedade por meio de serviços praticados pela guarda civil municipal. Neste ponto é necessário chamar atenção para a falta de um procedimento padrão, ou seja, não existe na administração do município um mecanismo de diálogo entre a população e a prefeitura, tendo apenas a comunicação pessoal, para a solicitação dos trabalhos da GCMM.

A atuação municipal diante do cenário atual é preponderante para melhorar os indicadores de qualidade de vida, sendo que há uma gama de serviços que para o seu devido funcionamento precisa de segurança, desta forma exige-se um papel proativo das prefeituras a fim de garantir o pleno funcionamento das atividades econômicas, sociais e afins.

Durante a pesquisa foi possível constatar a forma com que a guarda civil municipal de Maragogipe desenvolve o trabalho e como é constituído o processo de gestão administrativa da tropa. O modelo baseado deixa a corporação sobrecarregada, pois não há espaços para o trabalho preventivo, nem mesmo a implantação de programas e projetos, considerando-se que a demanda aumenta e as respostas para estas solicitações é a forma escolhida pelo poder público como caminho.

Desta forma, ao apresentar o modelo de gerenciamento da GCMM e sua relação com as respostas, tornou-se possível por meio das crises extraordinárias contribuir para o debate de como maximizar as atividades destas corporações e como delimitar o seu papel enquanto força de segurança pública. Nesse ponto abre-se um importante caminho para se discutir um modelo gerencial para todas as corporações no qual vise a sua independência e melhor atuação.

## 5.1 RECOMENDAÇÕES PARA TRABALHOS FUTUROS

Na sequência do presente trabalho surgiram alguns aspectos que se revelaram interessantes para uma abordagem mais detalhada. Logo, são referidos de modo sumário aqueles que poderão vir a ser objeto de futura investigação:

- Ao nível do elemento de estudo seria interessante produzir uma análise sobre as políticas de segurança pública vigentes no contexto nacional.
- Um estudo mais dimensionado sobre pontos relacionados às responsabilidades do município na promoção da segurança pública.

## REFERÊNCIAS

- AGUM, R.; RISCADO, P.; MENEZES, M. Políticas Públicas: Conceitos e Análise em Revisão. *Agenda Política*, [S. l.], v. 3, n. 2, p. 12–42, 2015. DOI: 10.31990/10.31990/agenda.ano.volume.numero. Disponível em: <https://www.agendapolitica.ufscar.br/index.php/agendapolitica/article/view/67>. Acesso em: 22 janeiro de 2021.
- ALENCAR, Joana Luiza Oliveira; JUNIOR, Almir de Oliveira. Novas polícias? Guardas municipais, isomorfismo institucional e participação no campo da segurança pública. *Rev. bras. segur. pública* | São Paulo v. 10, n. 2, 24-34, Ago/Set 2016.
- BALLESTEROS, Paula Rodriguez. Gestão de políticas de segurança pública no Brasil: problemas, impasses e desafios. *Revista Brasileiro Segurança Pública*, São Paulo v. 8, n. 1, 6-22 Fev/Mar 2014.
- BALESTRERI, Ricardo. A crise na segurança pública e a interdição do desenvolvimento do Brasil. Disponível em: <http://dapp.fgv.br/seguranca-e-cidadania/>. Acessado em 20/04/2021.
- BRANSKI, Regina Meyer; FRANCO, Caldeira; ARELLANO, Raul; LIMA JR, Orlando Fontes. Metodologia de estudo de casos aplicada à logística- XXIV ANPET Congresso de Pesquisa e Ensino. Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) 2010.
- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: outubro 2020.
- BRASIL. Lei nº 13.022, de 8 de agosto de 2014. Dispõe sobre o Estatuto Geral das Guardas Municipais. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2014/lei/l13022.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13022.htm). Acessado em: outubro 2020.
- CORRALO, Giovani da Silva; KEMMERICH, Jonathã. A estrutura do poder municipal e as políticas de segurança: um novo paradigma federativo. *Rev. bras. segur. pública* | São Paulo v. 10, n. 1, 126-140, Fev/Mar 2016.
- DEMO, Pedro. *Pesquisa e construção de conhecimento*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1996.
- Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP) O novo Sistema Único de Segurança Pública: questões sobre financiamento da segurança pública. / ISBN 978-85-67450-13-São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2019. 52 p.
- JUNQUILHO, Gelson Silva. *Teorias da administração pública* / Gelson Silva Junquilha. – Florianópolis : Departamento de Ciências da Administração / UFSC; [Brasília] : CAPES : UAB, 2010. 182p. : il.

KOPITTKKE, Alberto. Guardas Municipais: entre a tentação da tradição e o desafio da inovação. Revista brasileira de segurança pública | São Paulo v. 10, n. 2, 72-87, Ago/Set 2016.

LIMA, Renato Sérgio de; BUENO, Samira; MINGARDI, Guaracy. Estado, Polícias e Segurança Pública no Brasil. Revista Direito GV, v. 12, p. 49-85, 2016.

LIMA, Renato Sérgio de; PAULA, Liana de. Segurança pública e violência: o estado está cumprindo seu papel? São Paulo, Contexto, 2006.

OLIVEIRA, Maxwell Ferreira de. Metodologia científica: um manual para a realização de pesquisas em Administração / Maxwell Ferreira de Oliveira. -- Catalão: UFG, 2011. 72 p.: il.

PAULY, Evaldo Luis; Mira, Luciane Oliveira de. As possibilidades de redução da violência escolar: Sistema de Registro de Situações de Violências nas Escolas de Canoas (RS). Revista Brasileira de Segurança Pública São Paulo v. 9, n. 2, 198-216, Ago/Set 2015.

RICARDO, Carolina de Mattos; CARUSO, Haydee G. C. Segurança pública: um desafio para os municípios brasileiros. Revista Brasileira de Segurança Pública | Ano 1 Edição 1 2007.

RISSO, Melina Ingrid. Prevenção da violência: construção de um novo sentido para a participação dos municípios na segurança pública Rev. bras. segur. pública | São Paulo v. 10, n. 2, 12-23, Ago/Set 2016.

SANTOS, Maria Paula Gomes dos. Políticas públicas e sociedade / Maria Paula Gomes dos Santos. – 3. ed. rev. atual. – Florianópolis : Departamento de Ciências da Administração / UFSC; [Brasília] : CAPES : UAB, 2016. 100p.

SAPORI, Luis Flávio. Rev. bras. segur. pública | São Paulo v. 10, Suplemento Especial, 2-3, Fev/Mar 2016. Disponível:  
[https://www.forumseguranca.org.br/storage/revista\\_especial.pdf](https://www.forumseguranca.org.br/storage/revista_especial.pdf). Acessado em outubro de 2020.

SENTO-SÉ, João Trajano. Prevenção da violência: o papel das cidades. Rio de Janeiro. Civilização brasileira, 2005.

SIQUEIRA, Bruno Muniz. A guarda civil municipal de salvador e sua atuação no trânsito: Um Estudo de Caso Sobre a Constitucionalidade e a efetividade desta ação UFBA, 2017.

## APÊNDICE

## ENTREVISTA

- 1- Considerando as atividades previstas no planejamento da Guarda Civil Municipal de Maragogipe, quais as principais ações desenvolvidas?
- 2- Quais as principais solicitações oficiais para o emprego da Guarda Civil Municipal de Maragogipe?
- 3- Existem solicitações por parte da população ou organizações da sociedade civil para atuação da Guarda Civil Municipal de Maragogipe? Se sim, quais são?
- 4- No momento da realização de atividades públicas, a GCMM é inserida nestas ações?
- 5- Devido ao atual momento, há programas de segurança pública desenvolvidos pela prefeitura?

**ANEXOS**

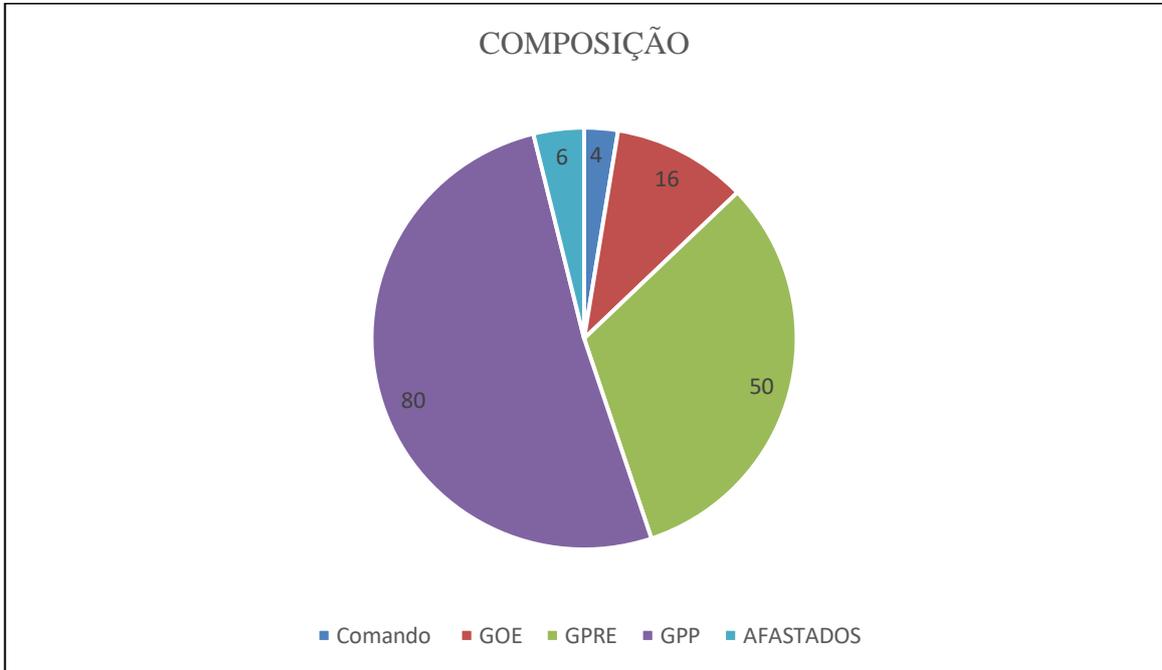
## ANEXO I

### QUESTIONÁRIO

1. Considerando as atividades previstas no planejamento da Guarda Civil Municipal de Maragogipe, quais as principais ações desenvolvidas?
2. Quais as principais solicitações oficiais para o emprego da Guarda Civil Municipal de Maragogipe?
3. Existem solicitações por parte da população ou organizações da sociedade civil para atuação da Guarda Civil Municipal de Maragogipe? Se sim, quais são?
4. No momento da realização de atividades públicas, a GCMM é inserida nestas ações?
5. Devido ao atual momento, há programas de segurança pública desenvolvidos pela prefeitura?

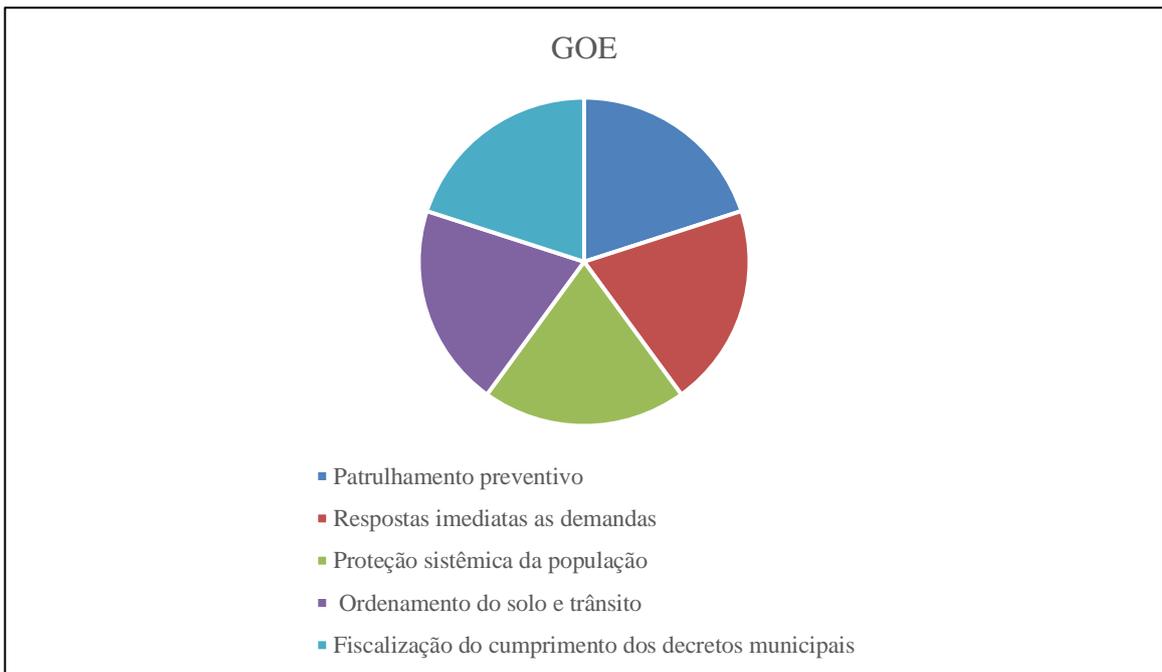
## ANEXO II GRÁFICOS

**Gráfico 1 - Composição da GCM**

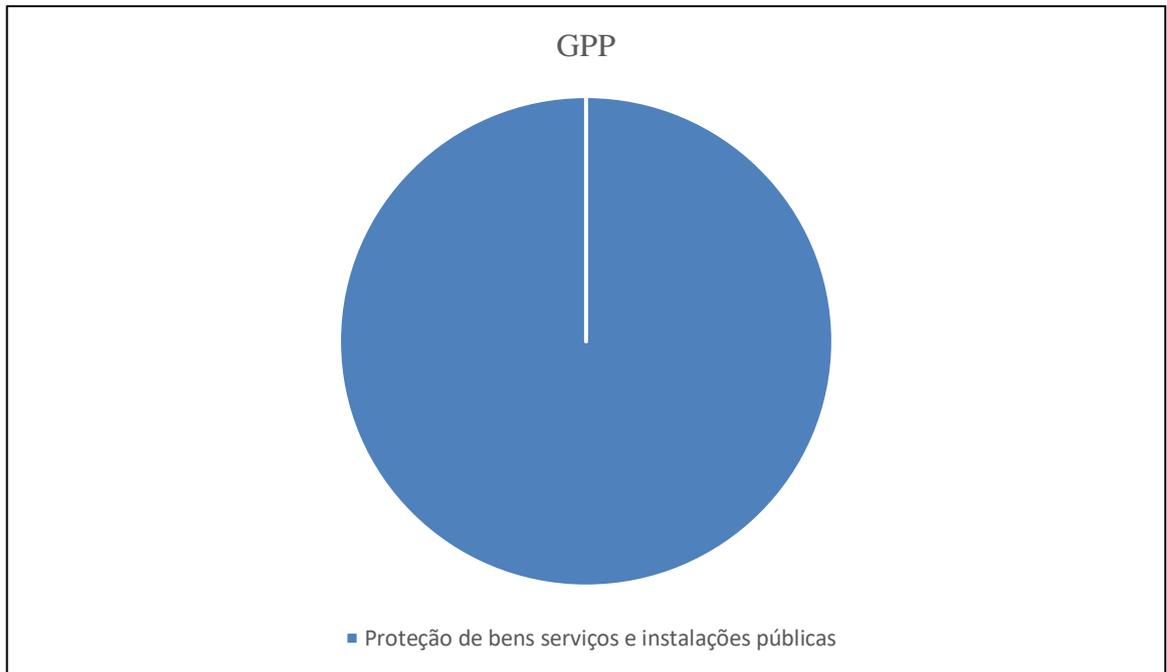


Fonte: Elaborado pelo (a) Autor (a) Josué Pinto Rebouças (2021)

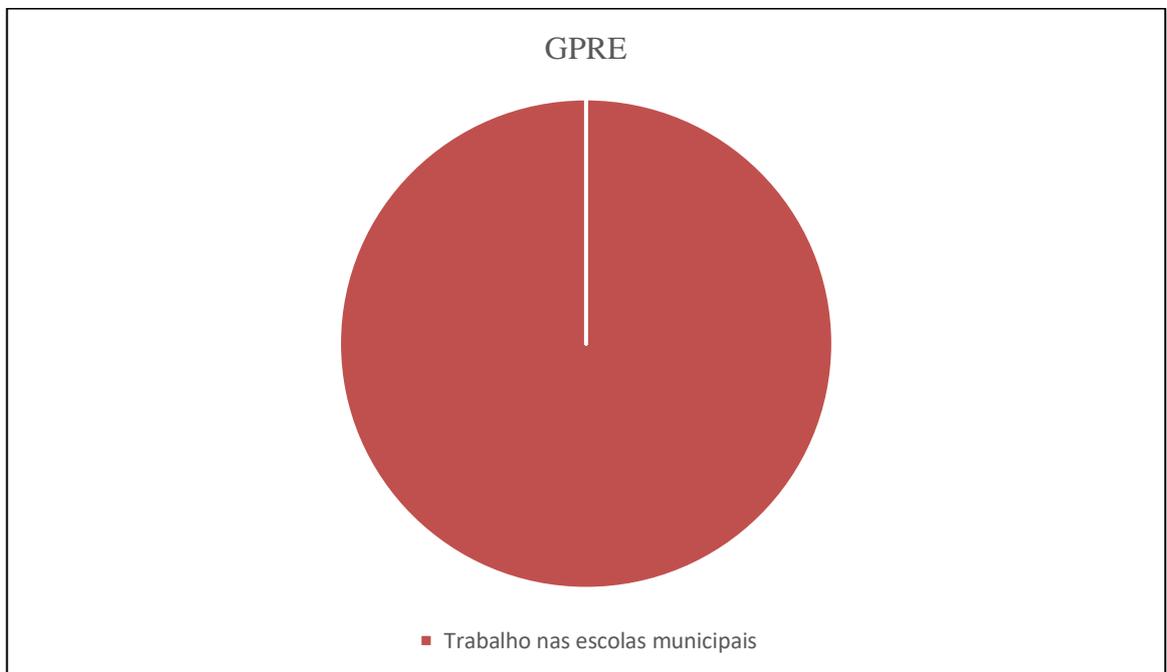
**Gráfico 2 - Ações realizadas pelo GOE**



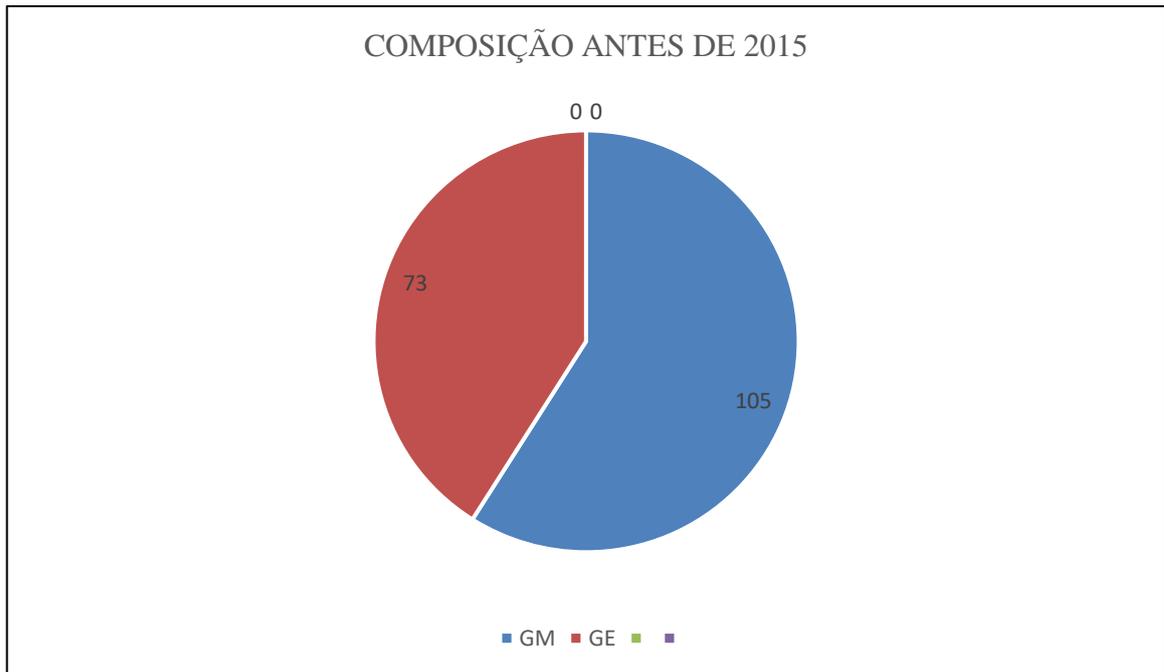
Fonte: Elaborado pelo (a) Autor (a) Josué Pinto Rebouças (2021)

**Gráfico 3 - Ações realizadas pelo GPP**

Fonte: Elaborado pelo (a) Autor (a) Josué Pinto Rebouças (2021)

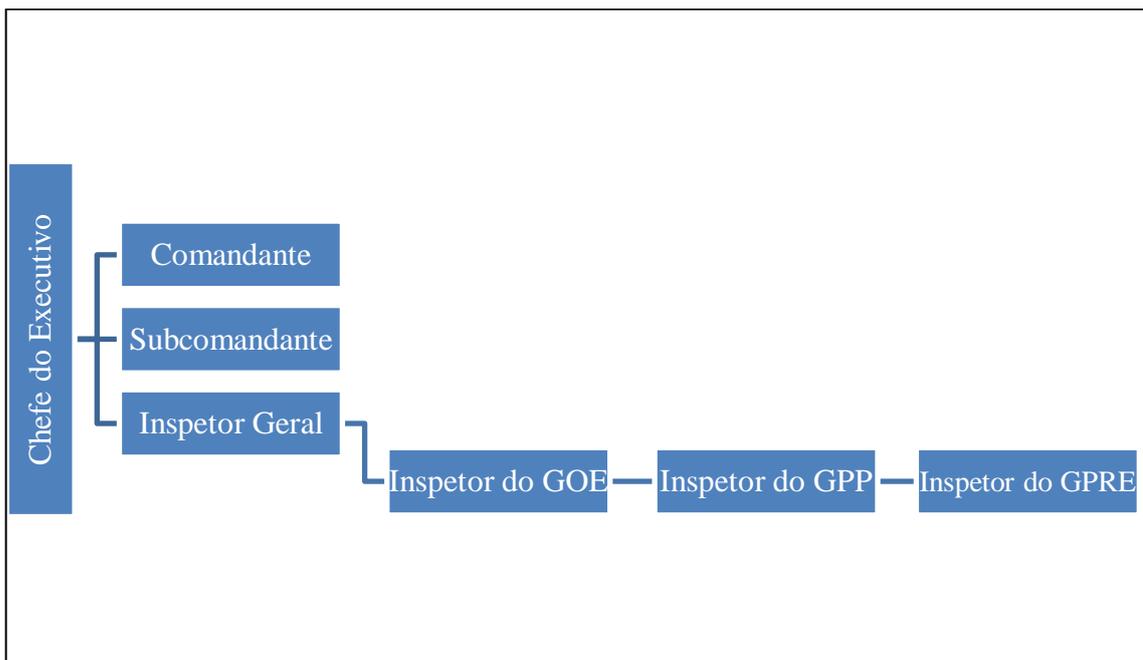
**Gráfico 4 - Ações realizadas pelo GPRE**

Fonte: Elaborado pelo (a) Autor (a) Josué Pinto Rebouças (2021)

**Gráfico 5** - Divisão das Guardas: Municipal e Escolar

Fonte: Elaborado pelo (a) Autor (a) Josué Pinto Rebouças (2021)

### ANEXO III

**Gráfico 6** - Organograma da GCM

Fonte: Elaborado pelo (a) Autor (a) Josué Pinto Rebouças (2021).